

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 164.252 - RJ (2012/0071038-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SÃO PAULO ALPARGATAS S/A
ADVOGADO : GUSTAVO LORENZI DE CASTRO E OUTRO(S) - SP129134
AGRAVADO : ALVARO MOURÃO
ADVOGADO : OCTÁVIO ALEXANDRE MACEDO LEITE - RJ093323

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por SÃO PAULO ALPARGATAS S/A, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

AGRAVO INOMINADO NA APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. PROTESTO INDEVIDO DE CHEQUE PRESCRITO. SENTENÇA QUE RECONHECE A PRESCRIÇÃO. APELO DOS RÉUS. RECURSO ADESIVO DO AUTOR.

1 - Sentença que julgou procedente o pedido da inicial, reconhecendo a abusividade da conduta das rés ante a prescrição configurada. Protesto realizado no ano de 2006, tendo sido o cheque emitido em 2002 e, portanto, já prescrito. Condenação ao pagamento de indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

2 - Decisão monocrática dando provimento parcial às apelações interpostas pelas partes, reduzindo o dano moral para o equivalente a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

3 - Agravo inominado interposto pela 2ª apelante (2ª ré), repisando os mesmos argumentos suscitados em seu recurso de apelo, requerendo a reforma proferida pelo relator.

4 - Protesto manifestamente abusivo, frente ao que dispõe o caput do artigo 48 da Lei 7.357/85. Ocorrência de danos morais in re ipsa, os quais devem ser indenizados no montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que vem sendo considerada pela jurisprudência, em casos análogos, suficiente para atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando que o autor não nega ser devedor do montante contido na cártula.

5 - Reconhecimento, de ofício, de erro material na ementa do julgado ora impugnado, onde se lê: "9 - Redução do quantum indenizatório, pois o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) é o que vem sendo considerado pela jurisprudência, em casos análogos, suficientes para atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. (..) 10 - Manutenção do decism.

Aplicabilidade do disposto no art. 557, caput, do CPC.NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO"; leia-se:"DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso para reduzir a indenização por danos morais para R\$ 3.000,00 (três mil reais), sendo NEGADO SEGUIMENTO ao 2º recurso, restando PREJUDICADO o 3º

apelo (recuso adesivo), interposto pela parte autora, pretendendo a majoração do quantum indenizatório.

6 - Manutenção da decisão recorrida, retocando-se, de ofício, o erro material constante da ementa do julgado impugnado.

NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INOMINADO, retocando-se, de ofício, o erro material constante da ementa do julgado impugnado (fls. 365/367).

A parte recorrente aponta ofensa ao art. 535 do CPC/73, aduzindo que, caso se entenda pela ausência de prequestionamento, deve ser declarado nulo o acórdão recorrido, devolvendo-se os autos ao tribunal *a quo* para suprimento de omissões.

Afirma estar prescrita a pretensão à indenização por danos morais, argumentando que a ação foi promovida após mais de quatro anos do protesto do cheque, sendo que, nos termos do art. 206, § 3º, V, do CC, prescreve em três anos a pretensão de reparação civil.

Aduz que, *"se houve a inadimplência, não há que se falar em impossibilidade de protesto"* (fl. 458). Menciona a Súmula 299/STJ, segundo a qual, *"é admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito"*.

Alegando violação do art. 267, VI, do CPC/73, sustenta que, *"por ser endosso translativo não há que se falar em qualquer responsabilidade da ora recorrente, mas sim de sua ilegitimidade"* (fl. 460).

Acrescenta que *"o recorrido é o único e exclusivo responsável pelo protesto de sua cártula"* (fl. 464) e *"pelo seu dissabor"* (fl. 466).

Apontando divergência jurisprudencial, alega ausência de culpa da recorrente e inexistência de danos morais. Argumenta que *"não se verifica qualquer tipo de culpa por parte da recorrente uma vez que, antes de se proceder o protesto da cártula, ela cedeu o seu crédito por meio de endosso — translativo para a TELEDATA que, por sua vez, cedeu o seu crédito para a RAINBOW, empresa esta responsável pelo protesto"* (fl. 472).

Contrarrazões às fls. 547/559.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com*

as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

O acórdão recorrido foi proferido no julgamento de "*Agravo Inominado interposto por SAO PAULO ALPARGATAS S.A.*", contra decisão que, dando parcial provimento à apelação, "*conden[ou] as partes rés ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelos danos morais in re ipsa sofridos pelo autor, decorrentes do indevido protesto dos cheques por ele emitidos no ano de 2002*" (fl. 367).

O recurso não merece prosperar.

Ao alegar ofensa ao art. 535 do CPC/1973, cabe ao recorrente indicar os motivos específicos pelos quais haveria violação da norma, apontando, de forma clara e objetiva, o vício existente no acórdão recorrido e qual sua pertinência na solução da controvérsia. Na espécie, isso deixou de ser feito.

Ademais, não há negativa de prestação jurisdicional, se o acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adota fundamentação suficiente à resolução da controvérsia. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.170.313/RS; REsp 494.372/MG, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS; AgInt no AREsp 790.307/RS; AgInt no AREsp 1.073.427/RS.

Quanto à alegação de prescrição da pretensão de indenização por danos morais, registra-se que o conteúdo normativo do art. 206, § 3º, V, do CC carece do indispensável prequestionamento. Observa-se que o acórdão recorrido tratou de prescrição do cheque protestado, não havendo discussão a respeito da matéria relativa ao aludido dispositivo.

Prosseguindo, aduz a recorrente que, "*se houve a inadimplência, não há que se falar em impossibilidade de protesto*" (fl. 458).

Não há como afastar o entendimento da instância ordinária de que foi indevido o "*protesto realizado no ano de 2006, tendo sido o cheque emitido em 2002 e, portanto, já prescrito*" (fl. 365).

Segundo a jurisprudência desta Corte, "*sempre será possível, no prazo para a execução cambial, o protesto cambiário de cheque, com a indicação do emitente como devedor*" (AgInt no REsp 1628917/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

QUARTA TURMA, DJe 09/12/2016). Nessa linha, é indevido o protesto de cheque prescrito. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CAMBIÁRIO. PROTESTO. CHEQUE PRESCRITO. NÃO CABIMENTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é indevido o protesto de cheque prescrito. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp 1598573/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 05/10/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Consoante a jurisprudência recente deste Sodalício, é indevido o protesto de cheque prescrito, pois este é apenas um indício de prova da relação jurídica subjacente que deu ensejo a sua emissão, desprovido dos requisitos inerentes aos títulos executivos extrajudiciais, razão pela qual incide o óbice da Súmula 83/STJ.Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 294.247/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 03/05/2016).

Além disso, a teor das razões recursais, *"por ser endosso translativo não há que se falar em qualquer responsabilidade da ora recorrente, mas sim de sua ilegitimidade"* (fl. 460). Acrescenta que *"o recorrido é o único e exclusivo responsável pelo protesto de sua cártula"* (fl. 464) e *"pelo seu dissabor"* (fl. 466).

A instância originária rejeitou a alegação de ilegitimidade passiva, consignando que, *"a agravante [ora recorrente], na condição de endossatária do título diretamente à 1ª ré (Rainbow Holdings do Brasil S.A.), como observa-se no instrumento de protesto a fls. 34, foi quem ensejou a negatificação do nome do autor"* (fl. 368). Ademais, concluiu o tribunal *a quo* que *"o ato ilícito praticado é manifesto, já que o cheque tem vencimento em 13/03/2002 e o protesto foi efetivado em 28/06/2006, impondo-se a responsabilidade de arcar com compensação a título de danos morais que ocorrem in re ipsa, não somente pela restrição ao crédito, mas também em virtude da imagem pessoal do ora apelado perante terceiros"* (fl. 373). Nesse contexto, dando causa ao ato ilícito, a recorrente deve responder pelos danos causados ao recorrido.

Quanto ao dissídio jurisprudencial, não foram atendidos os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ.

Para a caracterização da aludida divergência, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados. É imprescindível que exista similitude fático-jurídica entre os julgados em comparação. Por sua vez, a aludida similitude exige que o acórdão recorrido e o paradigma possuam situação fáticas semelhantes e tenham sido julgados com fundamento nos mesmos dispositivos legais de lei federal. O recorrente deve apontar o artigo de lei federal em torno do qual teria se dado a divergência jurisprudencial (AgRg no AREsp 467.621/SC; AgRg no REsp 1.346.588/DF).

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator